



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 3, art. 7, p. 146-166, mar. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.3.7

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



A (Re)Existência Indígena na Região do Submédio São Francisco, no Semiárido Brasileiro

Indigenous (Re)Existence in the Sub-Medium São Francisco River, in the Brazilian Semi-Arid Region

Roberto Remígio Florêncio

Doutor em Educação (UFBA)

Professor e Pesquisador em: Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Petrolina Zona Rural

Email: roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br

Edivânia Granja da Silva Oliveira

Doutora em História Social (USP)

Professora e pesquisadora em: Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Petrolina

E-mail: edivania.granja@ifsertao-pe.edu.br

Carlos Alberto Batista dos Santos

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE)

Professor e Pesquisador em: Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: carlos.batista@uneb.edu.br

Endereço: Roberto Remígio Florêncio

IF Sertão Pernambucano, Rua Aristarco Lopes, 240,
Centro, Petrolina-PE (CEP: 56302-100). Brasil.

Endereço: Edivânia Granja da Silva Oliveira

IF Sertão Pernambucano, Rua Aristarco Lopes, 240,
Centro, Petrolina-PE (CEP: 56302-100). Brasil.

Endereço: Carlos Alberto Batista dos Santos

Universidade do Estado da Bahia, R. Silveira Martins,
2555 - Cabula, Salvador - BA, 41150-000

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 12/02/2026. Última versão
recebida em 26/02/2026. Aprovado em 27/02/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente manuscrito busca apresentar os processos de resistência dos povos indígenas Truká e Pankará, do sertão pernambucano, na Região de Abrangência do Opará (Rio São Francisco). Os autores traçam análises de questões sociopolíticas e ambientais, tais como as práticas artístico-culturais, religiosas e econômicas. O objetivo geral é apresentar a presença da Educação Escolar Indígena nas comunidades, como instrumento de ressignificação sociocultural e para manutenção dos saberes tradicionais. A interculturalidade aparece como elemento marcante na composição sociocultural dos indígenas, com presença de aspectos ambientais e ancestrais nas culturas dos povos analisados. Ao final, é perceptível a construção de uma nova epistemologia, surgida a partir das pesquisas dos professores e professoras indígenas do sertão pernambucano, em busca da descolonização do saber e da autoprodução dos recursos didáticos e humanísticos da Educação Escolar Indígena Intercultural, específica e diferenciada.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Práticas Socioculturais. Línguas autóctones. Interculturalidade.

ABSTRACT

This manuscript seeks to present the resistance processes of the Truká and Pankará Indigenous peoples of the Pernambuco backlands, in the Opará Region (São Francisco River). The authors analyze sociopolitical and environmental issues, such as artistic, cultural, religious, and economic practices. The overall objective is to present the presence of Indigenous School Education in these communities as an instrument of sociocultural resignification and the preservation of traditional knowledge. Interculturality appears as a prominent element in the sociocultural makeup of Indigenous peoples, with environmental and ancestral aspects present in the cultures of the analyzed peoples. Ultimately, the construction of a new epistemology is evident, emerging from the research of Indigenous teachers from the Pernambuco backlands, seeking to decolonize knowledge and self-produce didactic and humanistic resources for specific and differentiated Intercultural Indigenous School Education.

Keywords: Indigenous School Education. Sociocultural Practices. Indigenous Languages. Interculturality.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, existe uma institucionalização em não se reconhecer os indígenas, principalmente no Nordeste Brasileiro, como povos autóctones, em suas concepções culturais, religiosas e linguísticas, diferentemente de outros países latino-americanos, como Paraguai, Bolívia ou México. Reconhecer os povos originários do território nacional é, antes de tudo, perceber sua heterogenia e ancestralidade. O que tem sido realizado no Brasil é um processo excludente de eugenia e tentativa de relegar a existência de diversos povos ao passado. Na região semiárida, as comunidades indígenas sofrem ainda mais as cruéis formas de exclusão e silenciamento, em um movimento de negação, que procurou excluir e silenciar os conhecimentos e as necessidades de comunidades indígenas na região do submédio São Francisco (Opará nas línguas descendentes do *kiriri*, cujo significado “rio-mar” considera o maior curso d’água regional).

Segundo Pimentel (2012), muito desse silenciamento e negação é corroborado pela comunidade acadêmica, ao não conseguir consolidar o respaldo científico dos conhecimentos, saberes e práticas indígenas. O não reconhecimento dessas populações adquire um significado político, pois muito desse distanciamento da comunidade científica, que não reconhece os conteúdos ancestrais dos povos indígenas, resulta no afastamento entre os saberes científicos e populares (ancestrais), fomentado pela formação acadêmica tradicional, da qual somos frutos (FLORÊNCIO; ABIB, 2021), e contribui para a exclusão dos povos nas decisões e políticas públicas.

Com o objetivo de apresentar e analisar a presença indígena nessa região do semiárido brasileiro, o presente manuscrito descreve experiências de pesquisas em duas comunidades indígenas de Pernambuco: a aldeia Truká de Assunção e o povo Pankará, das Serras do Arapué/Cacará. As reflexões teóricas e metodológicas envolvem campos disciplinares diversos numa perspectiva interdisciplinar, como a história, a antropologia e a linguagem relativa às culturas autóctones, fundamentais para a compreensão das relações socioculturais e educacionais dos povos indígenas habitantes no sertão sanfranciscano.

A Educação Intercultural para os povos indígenas deve promover uma simetria entre os conhecimentos indígenas e não indígena, como evidenciou o pesquisador indígena Gersen Luciano Baniwa: “Na perspectiva das comunidades indígenas, a escola intercultural deve ajudar na compreensão da lógica de pensamento e funcionamento da sociedade moderna envolvente” (BANIWA, 2023, p. 09). A Educação Escolar Indígena (EEI) é fruto de mobilizações indígenas para enfrentamento à educação colonialista com fins de controle e

subjugação, desde a chegada dos primeiros invasores. Transformada e apropriada pelos indígenas como elemento de (re)existência para usufruto de direito à diferença, à especificidade e à autonomia de cada povo, a EEI é um direito assegurado pela Constituição Cidadã, de 1988, segundo Baniwa (2023).

Os povos indígenas da área do rio São Francisco/Opará destacam-se em relação a melhorias conquistadas em relação à EEI, com produção de materiais didáticos de autoria exclusiva ou em colaboração com professores-pesquisadores não indígenas. Nos últimos anos, os povos conquistaram cursos de graduação e pós-graduação específicos, a exemplo do Programa Licenciatura Intercultural (PROLIND), efetivado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE Campus Agreste, em Caruaru-PE), e do Curso de Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola, ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE, campus Floresta-PE). Este último encontra-se com a 3ª turma em andamento. Além de diversos professores(as)-pesquisadores(as) indígenas cursando Mestrados e Doutorados em Programas de Pós-Graduação em universidades públicas, como a UNILAB, UFPE, UEPB e UNEB. Isso implica diretamente a qualidade da educação, o processo de revitalização das línguas nativas e a ressignificação sociocultural empreendida desde a retomada dos territórios indígenas da Ilha da Assunção, da Ilha de São Félix, da Serra do Arapuá, da Serra Negra e tantos outros territórios resgatados por seus povos originários (SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2022; FLORÊNCIO, 2022).

O protagonismo indígena e a produção de recursos e de materiais didáticos são importantes contribuições para a formação dos estudantes indígenas. Nesse sentido, os conhecimentos indígenas conectados aos conhecimentos não indígenas possibilitam o exercício pleno da interculturalidade e da EEI, na perspectiva da descolonização dos saberes, na produção de novos ou ressignificados conhecimentos. Ademais, a pesquisa produzida por indígenas e não indígenas produz conhecimentos interconectados, efetivando o necessário processo de interculturalidade nas salas de aulas dos territórios indígenas e nas localidades vizinhas.

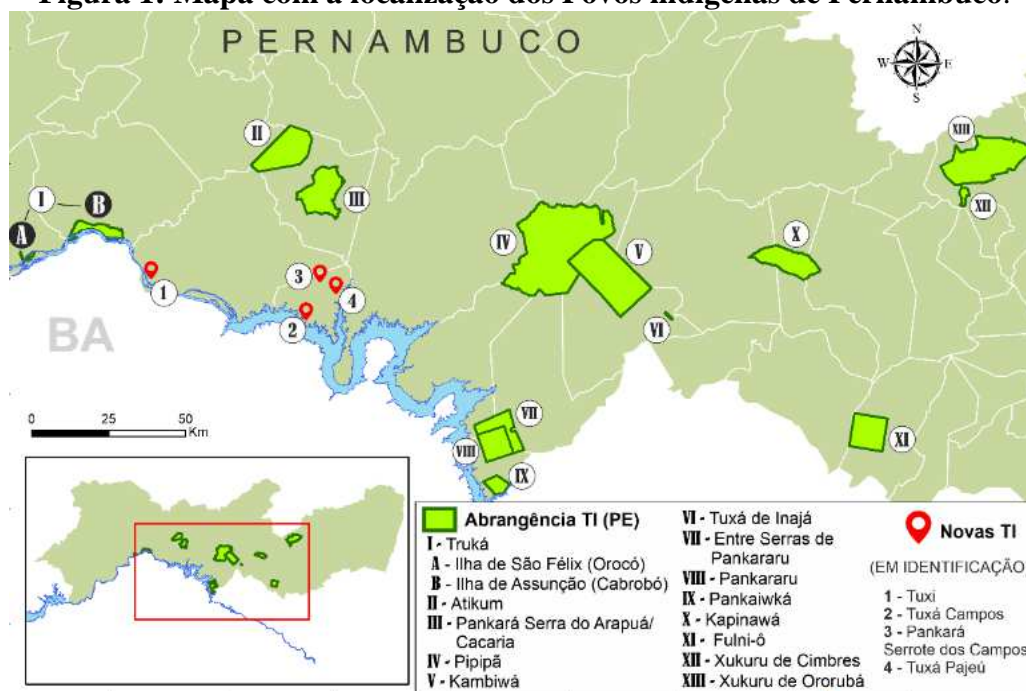
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Povos Originários em Pernambuco: Sertão Indígena

Em 2010, a população indígena em Pernambuco era composta por 53.284 indivíduos. O atual Censo estima uma população superior a 86 mil pessoas autodeclaradas indígenas¹, fazendo de Pernambuco o 4º Estado com maior população indígena do Brasil².

A localização geoespacial da pesquisa é a região do Submédio São Francisco, em Pernambuco, aqui denominada Região de Abrangência do Opará (RAO³). De acordo com o mapa (Figura 01), é possível perceber a presença de aldeias indígenas nas regiões do sertão pernambucano, habitantes da bacia, margens ou ilhas do Opará.

Figura 1: Mapa com a localização dos Povos indígenas de Pernambuco.



Fonte: OLIVEIRA (2020).

A Constituição (BRASIL, 1988), em seus artigos 231 e 232, garante aos povos indígenas o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas e sua posse permanente, o

¹ Disponível: <https://algomais.com/censo-2022-ja-contou-73-milhoes-de-pessoas-em-pernambuco/>. Acesso em 15 jun. 2023.

² Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/27/atlas-virtual-traca-perfil-de-indigenas-de-pernambuco-estado-tem-4a-maior-populacao-de-povos-originais-do-pais.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2023.

³ A Região de Abrangência do Opará aparece nesta pesquisa delimitada pela área do Estado de Pernambuco correspondente às regiões do Submédio São Francisco, em que as comunidades, ainda que não estejam localizadas às margens do rio, possuem estreita ligação com o maior curso d'água da região. O termo foi utilizado pela primeira vez em Florêncio e Abib (2022).

usufruto exclusivo sobre as águas (rios, lagos, riachos e outros corpos de água) e o solo; reconhece ainda o direito às organizações e expressões históricas e socioculturais e direitos específicos e diferenciados, incluindo a educação e a saúde. Compete à União a demarcação e a proteção das terras, ao Congresso Nacional a exigência de autorização para escuta dos povos indígenas, passível de impactos socioambientais provocados por empreendimentos públicos ou privados autorizados pela União (OLIVEIRA, 2022).

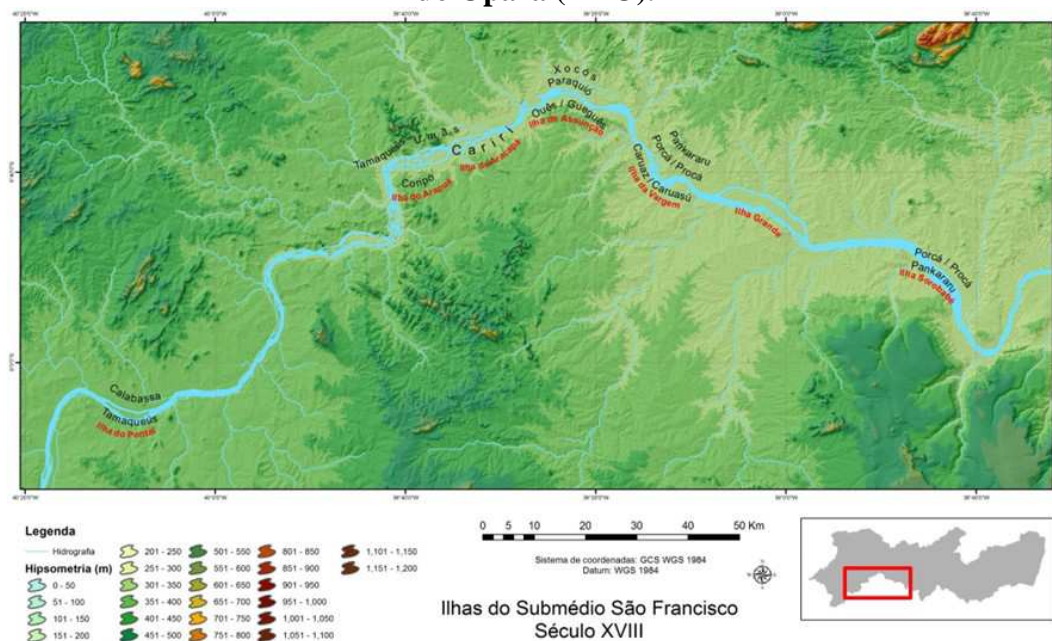
A violação de direitos indígenas remonta ao período colonial, especificamente na capitania (atual estado) de Pernambuco. Em meados do século XVII, o Governo decretou o deslocamento do gado do litoral para o interior, fronteira entre a área *civilizada* e a *inculta*, correspondente à atual cidade de Arcoverde, denominada Portal do Sertão. A categoria *sertão* foi atribuída desde o período colonial como lugar distante da área litorânea, deserto e desabitado, como também local de moradia de incivilizados. Além disso, sertões eram diversos locais com características geoclimáticas e biológicas distintas. O avanço do processo colonizador transformou o sertão em espaço de mutação construído por indígenas, missionários, colonos e militares (OLIVEIRA, 2014).

Os “sertões” em Pernambuco, habitados por diversos povos indígenas, mas considerados pelo governo como local desabitado e favorável à instalação de fazendas de gado, distribuiu terras para colonos “civilizarem” a região. Foi fundamental o papel da Igreja Católica em aliança com o Estado, pois contribuiu na atuação do “amansamento” de indígenas, promovendo a “união” de diferentes grupos étnicos, em locais determinados para fazer o trabalho missionário (catequese), resultando na “limpeza” dos espaços para os currais de gado. As ordens religiosas atuantes na RAO foram os oratorianos, jesuítas e franciscanos, que implantaram diversas missões.

Para a Igreja, os critérios para a criação de aldeamentos consideravam a proximidade com outras povoações, por facilitar o uso da mão de obra indígena e negociações com os colonos, local estratégico de defesa e favorável para a conversão dos “selvagens”. Importante ressaltar que a política estatal no estímulo e na gestão compartilhada com a Igreja relacionada aos aldeamentos foi um dos pilares da colonização (OLIVEIRA, 2022) e o Rio São Francisco tornou-se imprescindível para o sucesso dessa empreitada, pois era utilizado como via de acesso, ocupação e controle das terras da região (OLIVEIRA, 2014).

A região pesquisada era habitada desde tempos imemoriais por uma diversidade de grupos indígenas, que exerciam migrações sazonais em períodos de secas ou de chuvas, deslocavam para áreas mais distantes do rio ou desciam para as margens e ilhas, conforme demonstra o Mapa (figura 2):

Figura 2: Etnônimos indígenas identificados no Século XVIII na Região de Abrangência do Opará (RAO).

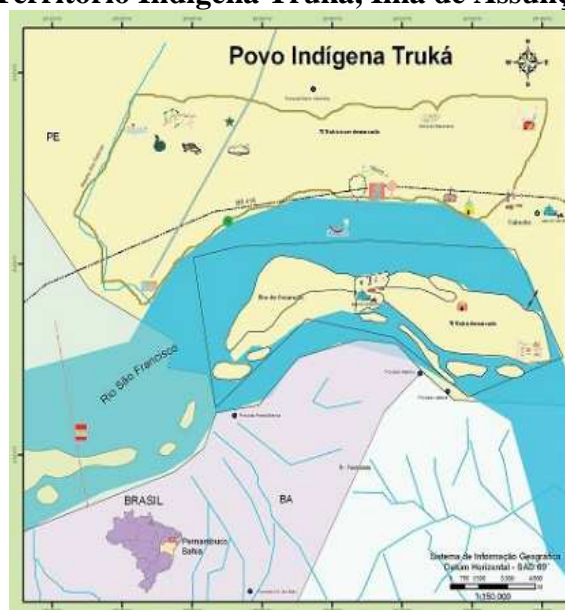


Assim como em todo o território nacional, os povos ancestrais da região foram impactados desde a invasão de suas terras e a escravização de indígenas em práticas agropecuárias, o que promoveu também o desmatamento de grandes áreas da caatinga. Assim, foram violentados não apenas em suas práticas socioculturais, mas também tiveram seus ambientes naturais (serras, brejos de altitudes, margens e ilhas do São Francisco) altamente agredidos. Aqui, apresentaremos dois grupos específicos.

2.2 Povo Indígena Truká

O povo Truká habita um dos maiores e mais povoados arquipélagos do Rio São Francisco. O Território Indígena é composto pela Ilha da Assunção, nomeada pelos aldeados de Ilha-Mãe, local de moradia e de práticas produtivas, culturais, sociais e históricas, e por diversas ilhas menores, muitas delas apenas pequenos bancos de areia, sem moradias. A existência de povos autóctones no Arquipélago de Assunção remonta ao período pré-colonial.

É nesse território ancestral, recém (re)conquistado em um movimento de retomada iniciado na década de 1980, que os Truká moram e praticam seus rituais socioculturais: desenvolvem agricultura, pecuária, mantêm suas escolas, casas de alvenaria e usam diversos recursos naturais para alimentação, saúde e práticas religiosas (Batista, 2005).

Figura 3: Mapa Território Indígena Truká, Ilha de Assunção, Cabrobó (PE).

Fonte: Batista (2005).

Os sertões, serras e margens do São Francisco foram locais de intenso processo colonial, palco de guerras, violências e genocídios indígenas, muitas vezes sob anuência de governos e Igreja. Os indígenas eram considerados “selvagens” e ameaçadores dos interesses de criadores de gado (curraleiros), dos missionários e do Governo. É importante ressaltar divergências entre curraleiros e padres missionários, especificamente na área de abrangência do Opará, registros informam sobre inúmeros conflitos às margens e ilhas do São Francisco, motivados por disputas de terras.

Enquanto os criadores querem a terra desocupada e contar com braços que se prestem a empreender novas incursões em busca de mais escravos e novas terras a serem incorporadas, os missionários querem terra na qual possam fixar os índios que são catequizados e se tornam membros da igreja (Batista, 2005, p. 44).

Os indígenas de Assunção sofreram com a invasão de suas terras pelos colonos e “curraleiros”, que, em períodos de secas, transferiam o gado para locais com disponibilidade de água, especificamente, a área da atual cidade de Cabrobó (PE). O gado era facilmente deslocado para as ilhas habitadas pelos indígenas, às margens do rio, provocando conflitos diversos. E, a partir da metade do século XIX, os fazendeiros interessados no aumento de suas fazendas, agiram para esbulhar as terras indígenas de áreas de antigos aldeados. Ao argumentar que não existiam povos nativos na região, os invasores ocupavam ilhas e margens para a criação de gado e/ou agricultura (BATISTA, 2005; OLIVEIRA, 2022).

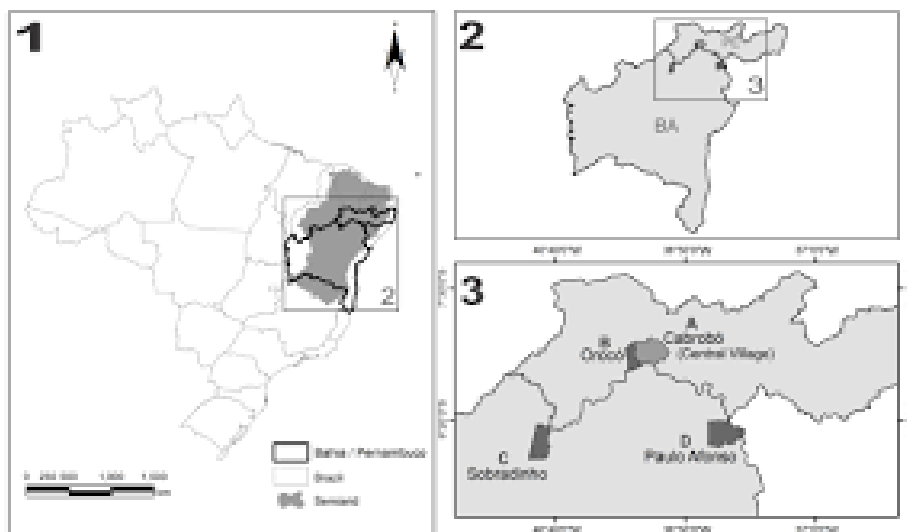
Especificamente, a Ilha da Assunção foi requerida pelo Bispo de Pesqueira, forçando os antigos indígenas doarem as terras para Nossa Senhora de Assunção, apropriando-se do arquipélago e áreas adjacentes. Depois, o Governo de Pernambuco apropriou-se da área, implantando um projeto de colonização estimulado pela produção agrícola em grande escala. Restaram aos indígenas perseguições, fome e escravidão, sob constantes ameaças, o que levou muitos a esconderem suas identidades étnicas e migrarem.

Durante a realização da pesquisa, realizamos entrevistas com lideranças e professoras e professores indígenas das aldeias, que expressaram narrativas de violências sofridas e estratégias de resistência no período do movimento de retomada. A professora Truká Claudete da Silva Barboza relatou a expulsão sofrida por sua família e as fugas noturnas, às escondidas, em canoas, de outras famílias com medo de serem assassinadas, como assim foram Dena e Jorge, entre outros líderes indígenas.

Nós tivemos nossas famílias expulsas. As lideranças indígenas de Truká tiveram que fugir na calada da noite para não serem assassinadas, como foram Dena, Jorge e muitos outros. Depois de décadas exilados, nós voltamos, com a força dos guerreiros Truká e de nossos antepassados, confiando nos Encantados de Luz, fizemos a retomada, sofrendo todo tipo de humilhação. Até que, em 1999, conseguimos colocar para fora todos os posseiros e criadores de gado, junto com o seu gado, que foi arrebanhado pela ponte que liga nossa aldeia à cidade de Cabrobó. Era boi e vaca invadindo as casas e o comércio da cidade, o que fez o povo aumentar o preconceito contra o povo Truká. Mas, nós não aceitávamos mais esse povo e esse gado que não era nosso lá, pastando sobre o sangue de nossos antepassados (Barboza, Claudete da Silva, em entrevista via WhatsApp, em 31/03/2021 in: Florêncio, 2022, s/p).

Esses episódios da história do povo Truká, muito semelhantes a outros povos indígenas da região, já haviam sido mencionados nos estudos de Hohenthal (1961; 1971) e Batista (2004; 2005). Nesse caso, a partir do êxodo do território Truká, surgiram outros três aldeamentos da etnia, em Paulo Afonso e Sobradinho, na Bahia, e na Ilha de São Félix, município de Orocó, Pernambuco, como contemplam os mapas a seguir:

Figura 4: Região Nordeste (1); divisa entre os estados de Pernambuco e Bahia (2); e aldeias Truká (3).



Fonte: Santos (2016).

Segundo os autores pesquisados, a comunidade passou por diversos deslocamentos ao longo do tempo, mas o mais importante teve início na década de 1980, quando os indígenas expulsos de suas terras por forças do governo, igreja e elite locais, empreenderam um intenso processo de retorno aos territórios ocupados, e, de forma definitiva, em 1999, conseguiram expulsar totalmente os posseiros, criadores de gado e grupos religiosos do Arquipélago de Assunção.

No início do século XXI, a visitação à ilha ficou proibida por alguns anos. Era uma medida protetiva necessária para evitar novas invasões e conflitos com os não indígenas, que visavam apenas à exploração comercial das terras e dos recursos naturais da ilha. O receio dos Truká era que a história se repetisse.

Atualmente, a ilha dispõe de serviços de acesso à água, energia, internet, saúde e transportes. Conta com um posto de saúde e uma estrada de 24 km de asfalto que liga leste a oeste da ilha, em condições precárias de tráfego. A Educação Escolar Indígena foi um árduo processo de conquista, concomitante ao Movimento de Retomada⁴. Atualmente, todos os professores e professoras da EEI são indígenas, com formação superior ou notório saber em práticas e artes indígenas.

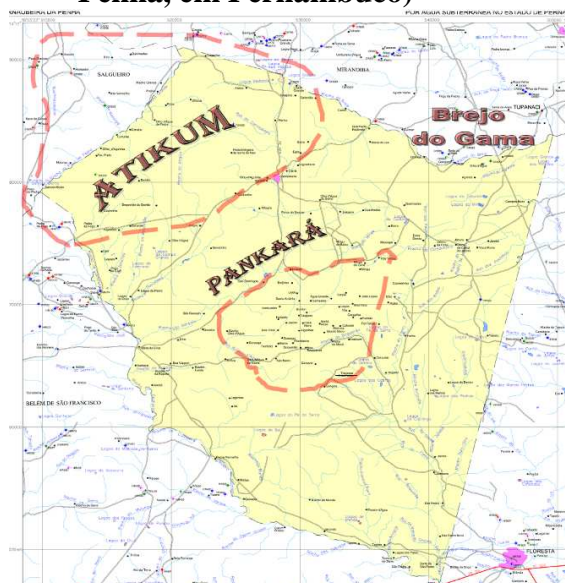
⁴ O Movimento de Retomada, como ficou conhecido, é o período marcado pela organização do retorno dos índios Truká ao seu território originário, a Ilha da Assunção, no município de Cabrobó-PE. Segundo os pesquisadores Batista (2004), Oliveira (2014) e Santos (2016), esse movimento é marcado por episódios de violência em que foi preciso intervenção militar. Após anos de exílio e sofrimento, sem terra e sem trabalho digno, os indígenas, ao reconquistarem a ilha, expulsaram os posseiros e proibiram a entrada de não indígenas, com auxílio de órgãos protetores, como a ala progressista da Igreja Católica, defensoria do Estado de Pernambuco e Funai (Fundação Nacional do Índio).

2.3 Povo Indígena Pankará

As Serras do Arapuá e Cacaria, um complexo entre a Serra da Borborema e o Rio São Francisco, faziam parte do município de Floresta (PE) e em 1991 passaram a pertencer à área do município de Carnaubeira da Penha (PE), em seu processo de emancipação política. De acordo com o Censo (IBGE, 2010), a cidade de pequeno porte contava com uma população de 11.782 pessoas, a maioria moradores da zona rural. Com mais de 80% de indígenas Atikum (Serra Umã) e Pankará (Serras do Arapuá/Cacaria), é considerado um dos municípios indígenas do país. O atual censo estima aumento da população para 13.117 pessoas⁵, mas manteve baixo índice de Desenvolvimento Humano/IDH de 0,537 (IBGE, 2020).

As áreas de abrangência dos indígenas Pankará, além das Serras do Arapuá e Cacaria, atual Território Indígena Pankará, eram compostas pelas margens e ilhas do São Francisco. Em períodos de secas, os povos nativos desciam as serras para o rio, realizavam plantios, trabalhavam como diaristas – os Pankará nomeiam como prática de “se alugar”, sempre quando necessitavam, principalmente para a participação em festas de padroeiros e outros rituais religiosos, juntamente com indígenas Tuxá, na Ilha da Viúva. Esses territórios e práticas foram e ainda são importantes para as relações interétnicas, socioculturais e ambientais dos povos autóctones da região sudoeste de Pernambuco e norte da Bahia.

Figura 5: Mapa do povo Pankará (Municípios de Floresta e Carnaubeira da Penha, em Pernambuco)



Fonte: Oliveira, 2022.

⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/carnaubeira-da-penha.html>. Acesso em 14 jun 2023.

Essas serras acima de 500m de altitude são denominadas de brejos de altitude, áreas consideradas “enclaves de mata atlântica”. Devido à altitude, é favorável à formação e maior quantidade de chuvas, grande quantidade de nascentes e vegetação de mata, o que resulta em armazenamento de águas no solo e subsolo. Por isso, os brejos de altitudes foram e são lugares de cobiça e de disputa. Desde o período colonial, existem registros de denúncias dessas serras como locais de refúgios de indígenas “selvagens”, por não aceitarem a escravização por parte dos curraleiros ou por não se submeterem à religião.

Na primeira metade do século XX, indígenas habitantes nas serras Arapuá/Cacaria participaram do intenso processo de mobilizações, numa rede de articulação, com ajuda dos indígenas Tuxá, para o reconhecimento étnico perante o SPI, reivindicando a instalação de Posto Indígena para “proteção” contra as perseguições sofridas pelos “posseiros” e criadores de gado. Uma das principais lideranças em busca de direitos e proteção do SPI foi o indígena Luíz Limeira, avô da Cacica Dorinha Pankará e pai do Pajé Pedro Limeira, que recentemente foi habitar o Reino Sagrado dos Encantados. Luiz Limeira denunciou por carta e telegramas as perseguições sofridas, sendo várias vezes indiciado ou preso pela Polícia, a serviço dos “posseiros”, por prática de bruxaria, além de ter tido sua casa incendiada com sua esposa grávida e filhos menores, que saíram às pressas. Teve safras destruídas, conforme as memórias do Pajé Pedro Limeira. Uma denúncia ao SPI foi enviada pelo antropólogo norte-americano William Hohenthal, quando visitou as serras na década de 1950, além de constar em relatório⁶ e artigo publicado pela Revista do Museu Paulista, em 1960 (OLIVEIRA, 2014; 2022).

A partir da década de 1980, os indígenas Pankará reiniciaram o processo de mobilização étnica, na garantia de direitos territoriais, na busca por autonomia sociocultural e reivindicando o território ancestral, que são terras tradicionais habitadas pelos indígenas. Portanto, o território físico e simbólico Pankará, nas Serras do Arapuá e Cacaria, é reconhecido como espaço de habitação de grupos humanos há centenas de anos. Registros indicam que, desde o início do processo da colonização portuguesa na região, eram terras indígenas, servindo como espaço de refúgio e habitação (BATISTA, 2005). Em 2003, os indígenas das Serras do Arapuá/Cacaria mobilizados se autodenominaram povos resistentes, indígenas Pankará, no I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, em Olinda (PE), reivindicando direitos constitucionais às terras tradicionalmente ocupadas e à saúde e educação diferenciadas e específicas.

⁶ Inspetorias Regionais. IR4 Nordeste. Microfilme no. 379, Foto 814-817. RELATÓRIO, Califórnia 14/07/1952.

Especificamente, a mobilização Pankará pela educação escolar priorizou a interculturalidade, o direito às especificidades e as diferenças, a autonomia escolar através da garantia da estadualização das escolas.

Dorinha Pankará afirmou em entrevista⁷ a participação efetiva no processo de afirmação étnica, na criação da organização sociopolítica, e que foi escolhida Cacica⁸ do povo Pankará em ritual, pelo Conselho Tribal, composto por 12 lideranças.

Ressalta-se que o processo de mobilização de retomada pelo reconhecimento étnico, pelo direito às terras e garantias constitucionais estavam conectados ao processo de retomada das escolas. O processo de retomada das escolas pela autonomia da EEI Pankará foi um intenso processo de resistência e de enfrentamento com a gestão municipal de Carnaubeira da Penha (PE).

O prefeito não aceitou a estadualização das escolas e agiu de forma violenta, com ameaças e tentativas de invasão do T.I. Pankará para retomar as escolas, tentando não permitir a estadualização da Educação Escolar Pankará. Os Pankará unidos, sob a liderança da Cacica Dorinha, enfrentaram o prefeito e sua comitiva, não permitindo o acesso da gestão municipal à Serra.

O processo de retomada da EEI Pankará foi “desencadeado por um ato de desobediência coletiva contra as imposições do prefeito de Carnaubeira da Penha” (Mendonça, 2013, p. 121). Esse movimento de insurgência resultou no protagonismo dos Pankará na conquista do Território Indígena e pela autonomia da EEI Pankará, contributo de um projeto de vida feito com e para os indígenas, uma desobediência epistêmica provocando o rompimento com o pensamento da colonialidade para outra ou uma nova concepção epistêmica.

A EEI foi apropriada pelo povo indígena Pankará como estratégia pedagógica e de vida, como resistência ao colonialismo, numa nova proposta política educacional, sócio-histórica e cultural, privilegiando os modos de fazer e ser do povo. O processo de retomada resultou na ocupação de todos os espaços reivindicados nas serras, usando como estratégia a ocupação e criação de novas escolas (MENDONÇA, 2013).

⁷ Pesquisa realizada no PPG em História Social USP, resultou na Tese de Doutorado: OLIVEIRA, E. G. S. *Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010)*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social/USP, 2022, 249p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102022_153000/publico/2022_EdivaniaGranjaDaSilvaOliveira_VCorrig.pdf.

⁸ Dorinha Pankará é uma mulher guerreira e ocupa uma posição de liderança, por isso utilizamos o termo Cacica, palavra no feminino.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Educação Escolar Indígena: Instrumento de Luta

Movimentos sociais em defesa dos direitos e a inserção de leis fundiárias promoveram algumas vitórias aos povos indígenas em suas lutas pela reconquista de seus territórios. Consideramos que essas conquistas são direitos fundamentais de qualquer sociedade democrática: a liberdade de credos, o acesso à cultura e aos conhecimentos ancestrais e o respeito à diversidade cultural são, no mínimo, responsabilidade social do povo consciente de sua história. No entanto, é possível perceber movimentos contrários à interculturalidade, que estabelecem barreiras contra a decolonialidade.

É impossível ignorar a pressão que a colonialidade exerce sobre os seres ainda hoje, visto que se trata de uma corrente de dominação epistêmica (religiosa, econômica, histórico-geográfica etc.) que se perpetua na vida sociocultural dos países dominados até os dias atuais, através da televisão, das redes sociais, das legislações, das famílias e, por que não dizer, da escola (Florêncio; Abib, 2022, p. 12).

Os indígenas sofreram violências diversas desde o início da colonização, ao mesmo tempo construíram estratégias diversas para o enfrentamento ao sistema colonial, vivendo em seus territórios, subjugados aos invasores de suas terras. Diversas formas de (re)existências foram praticadas, inclusive a retomada de seus territórios em concomitância com a retomada das escolas, como garantia de fazer outra forma de educação, compreendem como direito à educação específica e diferenciada, expressando o lema: “A educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”.

Segundo Oliveira (2014; 2022) e Florêncio e Santos (2023), os processos de (re)conquista de direitos étnicos e territoriais acionaram outras conquistas demandadas das lutas indígenas, como a saúde e a educação específicas e diferenciadas. Professores e professoras indígenas conquistaram a estadualização das escolas indígenas nos territórios, com toda a equipe educacional composta por indígenas.

A EEI é uma organização coletiva, ação estratégia pedagógica para superação da colonialidade, uma educação descolonial expresso no contexto escolar e nas práticas pedagógicas nos povos. Além de construções próprias do Projeto Político Pedagógico, conteúdos didáticos e definições de reinterpretar ou recontar as histórias dos indígenas que no passado foram obrigados a abandonar suas terras, invadidas por não indígenas, proibidos de realizarem suas práticas ritualísticas. E, às escondidas, foram desobedientes, mantendo

suas práticas socioculturais, através de diversas estratégias de (re)existência, buscando o rompimento da colonialidade do saber e do poder, exercitando outras epistemologias, outras formas de resistências e de aprendizagens (Mendonça, 2013).

Como afirma a professora Pankará Luciete: “E como educar o povo para lutar, para ser Pankará?” ao tempo que responde: “Porque só podia ser através da educação, da educação Pankará” (MENDONÇA, 2013, p. 148). Seguindo o mesmo ponto de vista, o coordenador pedagógico Maurílio Nogueira, fala sobre a EEI Truká, como elemento estruturador da nova consciência de luta para o seu povo (FLORÊNCIO; SANTOS, 2023).

A oferta de todas as modalidades da Educação Básica nos territórios tende a gerar outras demandas, que corroboram o processo de salvaguardar as culturas autóctones, ancestrais e a interculturalidade. São cursos de graduação e pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, disponibilizados para e com os povos indígenas da Região de Abrangência do Opará, no sertão de Pernambuco e norte baiano, além dos estudos mais aprofundados sobre suas próprias histórias, literaturas e línguas autóctones.

3.2 O ensino das línguas autóctones nos territórios indígenas

Por ser um instrumento dos mais importantes para o (re)conhecimento de uma cultura, as línguas autóctones sofrem um forte processo de proibição e silenciamento, o que acarretou prejuízos socioculturais e identitários aos povos ameríndios. No Brasil, e mais especificamente no Nordeste, as línguas ágrafas, fundamentalmente transmitidas através da ancestralidade, os nomes e os sobrenomes tradicionais servem para firmar a autoidentidade e marcar a posição que o indivíduo ocupa na organização sociopolítica do seu grupo. Por isso, coibir a utilização de nomes na língua indígena resultou em um profundo processo de desestruturação social dos povos, segundo Rodrigues (2002).

Com o intenso processo colonizador e a atuação dos missionários proibindo seus usos, as línguas nativas dos povos da região do Opará sofreram profunda desestruturação. Atualmente, os povos Truká (Cabrobó/PE), Pankará (Carnaubeira da Penha) e demais povos indígenas do sertão pernambucano não (re)conhecem suas línguas autóctones como modo de comunicação local. Apenas vocábulos isolados ou expressões sem certeza de seus significados são postos em prática em eventos esporádicos, ritualísticos e cerimônias reservadas.

Portanto, mesmo depois de decretos ministeriais, estas línguas não serão ensinadas nas escolas das aldeias, mas é primordial uma resposta da comunidade científica à comunidade

indígena que, através das poucas condições que possuem, anseia pelo conhecimento, ao menos histórico, de suas línguas maternas. E um dos possíveis caminhos para construirmos juntos essas respostas está na junção dessas duas comunidades (científica e indígena). Essa fusão pode ocorrer de duas formas: primeiro, quando o investigador científico (antropólogo, linguista, etnógrafo) consegue compreender que existem saberes não científicos, não mensuráveis, e que devem ser acessados na identificação de *verdades contextuais*, como aponta Foucault (2005), necessárias à compreensão dos fenômenos e *materializados* pelos rituais ancestrais; e a segunda maneira de se produzir o conhecimento necessário é a promoção da junção dos saberes interculturais em que os próprios indígenas possam se apropriar dos saberes produzidos nas academias. Algo que tem se tornado cada dia mais comum, graças às políticas de inclusão e manutenção de indígenas nas instituições públicas de Ensino Superior e pós-graduações.

Ao expor a ausência do uso corrente das línguas autóctones nas comunidades indígenas do Nordeste Brasileiro, mais especificamente no sertão pernambucano, e, em diálogo com Batista (2004; 2009), Oliveira (2014), Baniwa (2004; 2010) e Santos (2014; 2016), defendemos que há irremediáveis episódios de negação e silenciamento impostos pela violência patrocinada por estados, religiões e elite (empresários, latifundiários) contra as culturas indígenas, desde a colonização, o que ocasionou o quase total extermínio de culturas (saberes, línguas, crenças), mas que este etnocídio continua nos dias atuais, devastando saberes, culturas, crenças e silenciando populações importantes para a compreensão das identidades nacionais. E, que, embora não seja este um postulado contra a escola, muito menos contra a escrita, visto que o poder maior da humanidade está em sua capacidade de comunicação e muito desse conhecimento/saber só foi possível graças ao poder atemporal da tecnologia gráfica, pretendemos aqui destacar a expressividade linguístico-cultural de povos tradicionais brasileiros, através dos elementos de resistência e de ressignificação cultural possibilitados pela EEI Intercultural, na perspectiva do pensamento decolonial e da resistência epistemológica.

Ainda que o amparo e as orientações ao ensino bilíngue nas aldeias indígenas possam ser um prenúncio do respeito devido às comunidades e aos povos tradicionais latino-americanos na nova conjuntura sociocultural, ainda é preciso empreender um grande estudo sobre a identificação das línguas originárias desses povos, enquanto elementos vivos e culturais, reconhecer sua ascendência linguística na possibilidade de identificação de suas raízes históricas e descortinar os discursos calados em séculos de dominação, subjugados por

um Estado que se institucionalizou como católico e monolíngue, em detrimento da *pluridiversidade* e do *multiculturalismo*.

Ao mesmo tempo, as suas línguas e suas práticas culturais eram e são repassadas através das memórias. Uma das importantes estratégias de resistências foram as práticas religiosas realizadas às escondidas, os rituais foram e são contributos da preservação de vocábulos, repertórios em expansão para a revitalização das línguas indígenas do Opará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode tentar compreender o índio com a visão romanceada dos portugueses, espanhóis, franceses que, em terras americanas, propuseram suas teorias religiosas e sociais, na intenção de obtenção de grandes lucros (OLIVEIRA, 2013). Aqueles povos, chamados de “*brasis*”, negros ameríndios, peles vermelhas ou caboclos da terra, ficaram no remoto passado dos primeiros contatos do século XV. Os indígenas atuais existem e resistem, ressignificados e com acesso aos saberes universalizados. A visão idealista dos indígenas brasileiros, estereotipada pelos romances do século XIX, ajudaram a formar no imaginário popular uma figura disforme dos povos tradicionais, descritos como puros, éticos e fisicamente fortes e bravos, em harmonia com o mito do *bom savage*, em plena expansão na Europa do século XVIII. Apesar das boas características, isso em nada favoreceu às populações indígenas, que passaram sumariamente do status de possíveis escravos e/ou catequisados ao interesse do exótico ou da ciência da época.

Hoje, existe um forte interesse da comunidade acadêmica da atualidade em conhecer e discutir as questões indígenas nacionais e em nível de América Latina. Muito desse interesse provém dos estudos efetivados por teóricos contemporâneos do continente latino-americano e das propostas de estudos decoloniais, interculturais e pós-estruturalistas. Essa nova epistemologia vem dando frutos no nordeste brasileiro, onde professores e professoras indígenas vêm efetivando uma transformação de saberes na EEI das comunidades da RAO.

Outra efetividade da efervescência acadêmica dos povos nativos latino-americanos, ameríndios e afrodescendentes tem uma visão pragmática: trata-se da inclusão, permanência e êxito desses povos nos ambientes acadêmicos, como resultado da ascensão ao nível superior e aos programas de pós-graduação, notadamente no Brasil, graças a programas de incentivo aos estudos, principalmente em nível superior (bolsas de iniciação científica), ingresso e permanência nas instituições superiores de educação, laboratórios de pesquisa, financiamento de cursos em instituições particulares e as políticas de cotas.

Afirmamos que a EEI na RAO tem se destacado em relação à produção de material didático, à formação de professores-pesquisadores e à materialidade das línguas autóctones na construção da ressignificação sociocultural empreendida desde a retomada dos territórios indígenas da Ilha da Assunção, da Ilha de São Felix, da Serra do Arapuá, da Serra Negra e tantos outros territórios resgatados pelos seus povos originários.

As pesquisas passaram a contemplar o *dever* das comunidades e estão sendo produzidas a muitas mãos (indígenas e não indígenas). Defendemos que os processos de interculturalidade, nesse sentido, têm cumprido o seu papel ao promover a interconexão dos saberes, o hibridismo cultural e a educação emancipatória. A interculturalidade acontece quando professores e pesquisadores acadêmicos não se colocam como detentores do saber, mas dividem informações e conceitos técnico-metodológicos em concordância com os saberes tradicionais, trazem as informações necessárias para contribuir com o fazer/saber indígena, em uma troca efetiva que, em justaposição e solidariedade, transformam-se em ciência nova, viva.

Mas, as conquistas dos povos indígenas andam lado a lado com as dificuldades: em muitos estados do nordeste, ainda não existe regulamentação para a contratação dos professores indígenas para as comunidades. Ainda assim, duas sensações acalentadoras permeiam a alma de pesquisadores e indigenistas nesse momento histórico de retrocessos e desrespeito aos povos tradicionais: a primeira diz respeito à preocupação técnico-científica com os conceitos e, principalmente, com a aprendizagem; a segunda sensação relaciona-se ao contexto da Educação Escolar Indígena e Intercultural, específica e diferenciada, como deve ser, mas promovida pelo Sistema Público de Ensino em nível Nacional, de qualidade e contextualizada.

Importante citar também a prevalência de professoras indígenas, o que não só reflete uma nova porcentagem do gênero feminino nas universidades, como a participação das mulheres na construção da EEI, anunciando assim uma postura de igualdade entre homens e mulheres significativa e benéfica para o trânsito de saberes/fazeres, tão natural nas culturas populares, mas que a sociedade não indígena ainda não consegue o discernimento necessário para efetivar.

Quando temos acesso a livros, artigos e eventos voltados a essa modalidade, produzidos pelos próprios indígenas, tendemos a acreditar que esses materiais possam contribuir com/para a formação dos estudantes indígenas, pois são fruto do protagonismo indígena. Perceber as diversas inserções dos saberes tradicionais e a presença do exercício da interculturalidade é, acima de tudo, possibilitar a descolonização dos saberes, como sentido

para praticar o novo, o outro, o diferente. Quando a pesquisa é produzida por diversas mãos (indígenas e não), os saberes se interconectam e produzem o verdadeiro sentido da interculturalidade.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, G. S. L. (2005). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; **LACED/Museu Nacional**, 2005. Brasília: MEC/SECADI/LACED, 2012.
- BANIWA, G. S. L. Projeto é como Branco Trabalha – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. **Dissertação de mestrado em antropologia social** – Universidade de Brasília, abr. de 2006.
- BARBOZA, C. Em entrevista In: FLORENCIO, R. R. **Educação Indígena Intercultural nas Aldeias do Opará: uma sociedade de sujeitos silenciados**”. Salvador (BA): UFBA, 2022, 131p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35613>.
- BATISTA, M. R. R. **Construindo e recebendo heranças**: as lideranças Truká. Tese Doutorado Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2005
- BATISTA, M. R. R. O desencantamento da aldeia. Exercício antropológico a partir do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Truká. FUNAI, Brasília. **Revista de Estudos e Pesquisas**. v.1, n. 2, 2004.
- BATISTA, M. R. R. **O toré e a ciência Truká**. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 2005.
- BATISTA, M. R. R. **Índio, quilombola, ribeirinho**: o desafio do fazer antropológico em situações de disputas. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), Buenos Aires: 2009.
- BRASIL. Constituição Federal. **Gráfica do Congresso Nacional**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.
- FLORENCIO, R. R. Educação Indígena Intercultural nas Aldeias do Opará: uma sociedade de sujeitos silenciados. **Tese de Doutorado em Educação**, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador (BA): UFBA, 2022, 131p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35613>.

FLORENCIO, R. R; SANTOS, C. A. B. Interculturalidade e (re)existência: a Educação Escolar Indígena nas aldeias da região do Opará, em Pernambuco. **Revista Dialogia**, n 43, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/43.2023.22627>

FLORENCIO, R. R; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Os povos indígenas do Opará e a educação intercultural: uma etnografia crítica**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-136, jan./abr. 2022.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HOHENTHAL, W. As tribos indígenas do baixo e médio São Francisco. **Revista Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, 1960.

HOHENTHAL, W. (1960). As tribos indígenas do baixo e médio São Francisco. Revisto e atualizado. **Revista Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, 1971.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/mapas.html>.

IDPE - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. **As comunidades indígenas de Pernambuco**. Recife: Condepe, 1981.

MEDEIROS, R. P.; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica das relocações indígenas nas ilhas do Submédio São Francisco no período pombalino. **Revista Ultramares**, v. 05, p. 01-19, 2014.

MENDONÇA. C. F. L. **Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, E. G. S. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano**. Campina Grande, PPG em História/UFCG, 2014, 133 p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/28337>.

OLIVEIRA, E. G. S. **Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010)**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social/USP, 2022, 249p. (Tese de Doutorado). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102022153000/publico/2022_EdivaniaGranjaDaSilvaOliveira_VCorrig.pdf.

RODRIGUES, A. D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: Cardoso, Suzana et al (org.). **500 Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTOS, C. A. B. **Padrões de caça, pesca e uso de animais silvestres pela etnia Truká, no semiárido brasileiro**. Recife: UFRPE: Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza, 2016, 142p. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/4427>.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

FLORENCIO, R. R; OLIVEIRA, E. G. S; SANTOS, C. A. B. A (Re)Existência Indígena na Região do Submédio São Francisco, no Semiárido Brasileiro. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 3, art. 7, p. 146-166, mar. 2026.

Contribuição dos Autores	R. R. Florêncio	E. G. S. Oliveira	C. A. B. Santos
1) concepção e planejamento.	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X		X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X